



Vera Lucia Amaral Ferlini: vida, obras e histórias (entrevista)

Entrevistadores:
GONÇALVES, Paulo Cesar
SERRATH, Pablo Oller Mont

Vera Lucia Amaral Ferlini, doutora em História Econômica e Titular em História Ibérica, é Presidente da Comissão Gestora da Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH/USP/ Instituto Camões). Foi Diretora do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos da USP de 2010 a 2018. Professora sênior do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, atua nas áreas de História Ibérica e História do Brasil Colônia, estudando açúcar, escravismo, imigração, estrutura agrária e núcleos coloniais. É autora, entre outros títulos, de *A Civilização do Açúcar*; *Açúcar e Colonização*; e *Terra, Trabalho e Poder*.¹

* * *

A entrevista a seguir foi realizada no dia 24 de maio de 2018, no escritório do apartamento da entrevistada, na cidade de São Paulo. Buscamos registrar a trajetória de vida e intelectual de uma figura importante para a historiografia brasileira, especialmente

¹ Texto retirado do resumo do “currículo lattes” da Professora Vera Ferlini.

para os estudos em História do Brasil e em História Ibérica. As perguntas tiveram caráter mais genérico, de modo a permitir que a entrevistada construísse seu discurso com maior liberdade, deixando fluir suas memórias e seus pensamentos. Nossa intervenção, ainda, buscou provocar, mas não dirigir a fala da entrevistada. Com memória invejável, a Professora Vera reconstituiu sua vida, pessoal e acadêmica, mesclada à sua formação nos ensinamentos primário e secundário, à sua ação junto a movimentos da Igreja, e, principalmente, a seu percurso na Universidade de São Paulo. No relato de seu percurso de estudos, pesquisas e docência ressaltou suas preocupações com os debates sobre o Estado Moderno, o conceito de Antigo Sistema Colonial, o papel do poder central, Marx e o marxismo e questões teóricas e metodológicas.

Mais do que uma entrevista, estamos diante de um registro histórico. Para auxiliar a leitura, acrescentamos, ao longo da entrevista, títulos indicativos dos principais temas percorridos em cada parte. Alguns complementos foram incorporados ao texto, para melhor entendimento de passagens da entrevista. As poucas notas de rodapé que aparecem no texto foram elaboradas pelos entrevistadores.

* * *

Anos iniciais, formação e docência

Eu venho de uma família da antiga classe média. Eu digo antiga classe média porque no Brasil, até os anos 1970, a ideia de classe média passava por uma questão de nível cultural e de formação, que, praticamente, nos colocava mais próximos das elites, no âmbito educacional e cultural. Minha família era desse nível. Na minha casa, por exemplo, não havia fogão a gás. Tínhamos geladeira (televisão tivemos somente em 1959/1960), um piano, jornais todos os dias. Aos domingos, na minha casa havia os três grandes jornais, que eram a *Folha*, o *Estado* e o *Diário de São Paulo*, e as revistas – primeiro, *O Cruzeiro*, depois, a *Manchete* e a *Seleções* (o *Reader's Digest*) (desta, meu pai tinha a coleção inteira). Eu li muito essas revistas, principalmente as *Seleções*, que tinha, claro, um enfoque pró Estados Unidos, principalmente depois da Segunda Guerra, mas, a despeito disso, não deixava de ter partes muito interessantes. Minha irmã fez o curso de piano, formou-se como pianista, e eu estudei um pouco de piano. Estudei pintura, fiz curso de inglês.

Paulo: Pelo menos você escapou da culinária.

Não, pelo contrário. Porque eu sempre gostei muito de cozinha. Minha casa, na infância e na adolescência, era antiga. Eu morava aqui no Pari, e tinha lugar para fogão a lenha e carvão.

Em casa havia muitos livros, aos domingos liam-se todos os jornais e sempre se discutia o que estava acontecendo. A década de 1950, sem dúvida, foi um período muito ativo, do ponto de vista político, principalmente, no caso do Brasil, por causa da eleição do Getúlio Vargas. Eu me lembro da campanha, lembro da música, lembro do dia da eleição. Eu me lembro que havia um senhor, na Água Rasa, numa rua de vila, onde morava minha avó, e ele fazia campanha do Getúlio. Lembro-me de uma caixinha dentro da qual havia um sanduíche de mortadela e uma banana, dada às pessoas que iam distribuir santinhos na rua.

Os anos 1950 foram muito agitados, discutia-se muito, acompanhava-se muito

essa questão política. Depois, a partir de 1958, começou a questão de Cuba, os primeiros movimentos de Cuba. Era muito interessante, porque os Estados Unidos, num primeiro momento, apoiaram o Fidel, contra o Fulgencio Batista, e nós líamos sobre isso e discutíamos. Na época da eleição do Juscelino Kubitschek, todo o entroveiro anterior, do período Lott, houve barricadas nas ruas de São Paulo. Já era muito agitada a vida de São Paulo: o trânsito sempre foi muito ruim, quer dizer, era isso que nós temos hoje, só que numa escala um pouco menor.

Na época, havia o ensino primário, da primeira à quarta série, e, depois, havia o ginásio, também da primeira à quarta série. Eu sempre estudei em escola pública. Estudei no grupo escolar, no *Queiroz Telles*, na Rua Itaqueri, e, quando fui fazer o ginásio, minha irmã estudava no *Colégio São José*, na Rua da Glória, mas eu queria ir para um colégio público, porque era melhor; mas, ao mesmo tempo, era mais difícil, e exigia que se fizesse uma espécie de cursinho. Havia cursinhos famosos: um, na Avenida Rangel Pestana, perto da Rua do Hipódromo, bem em frente à escola em que eu estudei, que era a *Padre Anchieta*. Mas, eu fiz [o cursinho preparatório] com um rapaz do bairro, que tinha uma farmácia e acho que estudava farmácia também. Eu entrei na *Padre Anchieta*. O professor que aplicou a prova foi meu professor na *Padre Anchieta*, e, depois, foi professor da USP; Luis de Mello Rodrigues era o nome dele. Ele sempre achou que eu ia fazer Geografia. Claro que a professora de História também achava que eu ia fazer História; a de Matemática, que eu ia fazer Matemática. A de Trabalhos Manuais, não. Era um horror. Não que eu não tivesse, eu tenho algum jeito, mas eu achava aquilo um desperdício, ficar bordando, fazendo ponto cruz. Aí, eu fiz a *Padre Anchieta*, os quatro anos. Eu não fui a primeira, eu era a segunda da turma. A primeira era uma colega que depois fez o Científico, foi para o *Roosevelt*, hoje ela, que deve ter a minha idade, não sei se está aposentada, é professora na *Faculdade de Medicina do ABC*, uma grande alergista, chamada Neusa Falbo. Teve na minha turma uma que foi fazer o Científico, outra, o Clássico, e eu, aí que foi a minha decisão: em princípio, medicina sempre foi uma coisa que me atraiu, que eu gosto, gosto de biologia, gosto de ciências, não tenho problema com matemática. Mas, tinha essa questão do custeio do próprio curso e o fato de que meu pai achava importante que mulher tivesse uma profissão. Meu pai não era, assim, em relação às filhas, não era uma pessoa machista, sempre nos estimulou; e, então, eu fiz o Normal, mas já fiz com essa ideia: se é para fazer o Normal, eu quero tirar o primeiro lugar e quero ter a chamada Cadeira Prêmio, que era uma lei que estabelecia que quem se formasse em Instituto de Educação em primeiro lugar, com média geral acima de nove, teria a possibilidade da escolha, já direta, de um cargo efetivo.²

Na verdade, eu terminei [o Normal] em 1962, me inscrevi [na Cadeira Prêmio] no começo de 1963, mas, aí, pegou aquela fase muito tumultuada pré-golpe; o governador de São Paulo era o Ademar de Barros, o secretário da Educação era o Padre Baleeiro. Era uma bagunça geral, e a [minha] escolha [da escola para lecionar] só se efetivou em 1964. Nesse período, entre 1963 e 1964, eu dei aulas nas chamadas classes de emergência. Havia uma deficiência muito grande de prédios escolares. Na época do Ademar [de Barros], esses prédios estavam sendo construídos, vocês imaginam a que custo. Havia algumas escolas que estavam prontas, mas não havia ainda escolha de professores, porque não tinham sido feitos os concursos para professores; os concursos não eram por provas, até então, eram por pontos. O que acontecia era o seguinte: uma pessoa, que seria professora do primário, ela se inscrevia e começava dando aula, em geral, até

² Até 1971, o ensino médio no Brasil era dividido em três cursos: científico, clássico e normal.

na área rural, e com aquilo iam se estabelecendo pontos; chegava um dado momento, tinha o concurso, a pessoa se inscrevia, e fazia uma prova basicamente de títulos. Mas, o concurso era feito junto: havia as cadeiras prêmios, que davam direito a escolha, e, depois, as outras vagas eram para os outros candidatos. Então, essa escolha ocorreu só em 1964. Em 1963, eu dei aulas no Brás, na Rua Xavantes, numa classe de emergência, que funcionava numa escolinha particular chamada *Externato Santa Catarina*, ficava na Xavantes, em frente à Rua Joli. Era uma classe com o terceiro e o quarto anos primários juntos; eu tinha que dar aulas para as duas turmas. Em 1964, me inscrevi novamente e vim para uma área próxima do Jaçanã, na Zona Norte, chamada Vila Constança, era no final da Avenida Guapira, fiquei lá meio ano. Daí, escolhi e fui para uma escola, também na Zona Norte, no alto da Vila Maria, que era uma escola muito bonita, muito bem dirigida, chamada *Grupo Escolar Maria Montessori*. Aqui, já estamos em 1964, e já um pouco antes surge no Brasil, ligado ao serviço americano [dos Estados Unidos da América], surge o PABAE, Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar, que era algo para promover a educação. Acho que havia em Minas Gerais e aqui em São Paulo. Em São Paulo, havia algumas escolas que estavam ligadas a esse Programa, o *Grupo Escolar Maria Montessori* era uma delas. Havia, praticamente, um plano de aula e um material de aula. Fazia-se uma reunião, dava-se quinze dias de aula, e, depois, fazia-se outra reunião, cujos temas eram os novos métodos, a introdução da matemática moderna, e do sistema de alfabetização sob o qual, acho, a maioria de vocês foi alfabetizado, que é o que considera a palavra inteira e não as sílabas. Trabalhei até 1974 com o ensino básico, quer dizer, fiquei dez anos, sistematicamente, no ensino.

O João [Ferlini (marido)] trabalhava na *Light*, na década de 1970, e conhecia um funcionário de lá que fazia História, e que saiu da *Light* porque tinha arranjado um ótimo emprego no Colégio e Cursinho *Objetivo*: o Luiz Koshiba. E, o João falou: poxa, Vera, você sempre gostou de História, porque você não volta a fazer faculdade, você faz História, porque é melhor dar aula no colégio particular, ganhando mais, do que ficar no colégio do Estado, que estava piorando cada vez mais. Além disso, começava uma pressão muito grande da Secretaria de Educação para que os professores fizessem faculdade. Aí, começam a brotar as faculdades chamadas “de fundo de quintal”, a mais famosa aqui na Zona Norte era a *Nove de Julho*, que hoje é a *Uninove*. Então, eu fui fazer História. Mas, fui fazer História já com a pretensão de fazer o curso com comissionamento da Secretaria da Educação, que eu consegui. Eu fiz o curso de História [na Universidade de São Paulo,] entre 1974 e 1977; comissionada na Faculdade. Fazendo o curso, eu assinava o ponto na secretaria, pegava o meu atestado de frequência, o levava para a escola em que eu dava aula e recebia o meu salário. Em 1975, cursando a disciplina de História Moderna, eu fiz um seminário com o [José] Jobson [de Andrade Arruda], que era sobre o [Frédéric] Mauro, e ele achou interessante o meu trabalho, porque eu mexia com gráficos e procurava pensar matematicamente os dados que o Mauro apresentava sobre a questão da rentabilidade do açúcar e do algodão. Aí, o Jobson me convidou para dar aulas no *Objetivo*. Eu já trabalhava como monitora, embora estivesse na graduação, no curso de História Ibérica, com a Professora Regina Simões de Paula. Nós tínhamos Ibérica Medieval, Ibérica Moderna e Ibérica Contemporânea; três Ibéricas. Eu trabalhava, com a Regina, com Ibérica Medieval. Em 1976, 1977, comecei a dar aulas no *Objetivo*.

Em final de 1977, após dez anos sem concurso para professor do que seria, hoje, o ensino médio, houve concurso, que eu prestei e passei, em primeiro lugar. Escolhi,

então, dar aulas numa escola no Canindé, perto de onde eu morava, que era a escola *Orestes Guimarães*. Mas, as coisas começaram a ficar muito confusas, porque eu dava aulas ainda no *Objetivo*, estava terminando o mestrado, e queria pedir afastamento. Em 1982, saiu a contagem recíproca, entre o serviço público e o INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]. Eu defendera o mestrado em dezembro de 1980, já tinha começado o doutorado e tinha uma bolsa da FAPESP [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], e surgiram dois concursos públicos para a Universidade de São Paulo, um de História Moderna, que não era para efetivação, e um de História Ibérica, que era para efetivação. O primeiro foi realizado em agosto e o segundo em outubro de 1982. Nesse ano saiu a contagem recíproca; até então, se eu saísse do Estado, perdia o tempo de contribuição previdenciária. Então, prestei os concursos. Fui aprovada, junto com outros candidatos, e fui contratada em 1983.

Pablo: Em História Ibérica?

Sim, sempre estive em Ibérica.

Pablo: Eu achava que você tinha entrado em Brasil-Colônia, porque eu cursei essa disciplina com você.

Você fez Brasil-colônia comigo porque tinha falta de professor. Eu cobri muitas disciplinas: Metodologia, Moderna e Brasil-colônia. Você foi meu aluno, no curso que eu, teoricamente, dividiria com a Ilana [Blaj], em 1999, ano em que ela morreu.

Nós tínhamos feito isso alguns anos antes, quando, também, eu tive que cobrir a disciplina de Brasil-colônia, e o curso foi muito bom. Eu dava seis aulas e, depois, ela dava as outras seis, nas duas turmas [, vespertino e noturno], que a gente revezava. Eu nem me lembro de como ficou depois a outra turma, que era a turma dela.

O gosto pela História

Houve duas coisas que me levaram a estudar História. Tinha essa coisa de casa, de discutir, de ler, de acompanhar os fatos, aquilo que estava acontecendo, que me influenciou. Minha mãe completou os estudos até o que seria o final do ginásio; ela era do interior. A mãe dela era filha de italianos, provavelmente, de sicilianos, por causa do sobrenome e do tipo. Mas, o meu avô era bem brasileiro, de família do interior, era Brito. Minha avó, essa que era filha de italianos, por questões familiares, estudou em colégio interno, tinha uma boa cultura, era modista, e tinha fregueses de alto nível. Sempre era uma coisa da família, essa de frequentar cinema, de ler romances. Essa minha avó, que era modista, tinha uma biblioteca muito boa: o *Adeus às Armas* [do Ernest Hemingway] que eu li era dela, o *Casa Grande & Senzala* [do Gilberto Freyre]. O meu tio, irmão da minha mãe, toda a coleção de *O Tempo e o Vento*, do Érico Veríssimo, foi ele que me deu. Então, tinha esse costume de leitura.

Quando eu aprendi a ler, eu estava no primeiro ano, meu pai me deu o livro *História do Brasil para crianças* [de Viriato Corrêa], e eu me apaixonei pela questão colonial, que foi algo de que eu gostei desde o início. Isso foi em 1952. Em 1954, eu fui à famosa exposição do IV Centenário [da Cidade de São Paulo], realizada na Oca [, o Pavilhão Lucas Nogueira Garcez, localizado no Parque do Ibirapuera]. Havia uma coisa [, na exposição,] que eu achei sensacional: ao descer a primeira rampa da Oca, de cara, se via a Carta do Pero Vaz de Caminha. Não era a completa – eu sempre achei que

era a completa –, a completa só veio em 2000, que o [Joaquim] Romero [Magalhães] trouxe [; na ocasião, comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses]. Aquilo era uma coisa de que eu gostava, sempre gostei de História. E, tenho boa memória...

Pablo: Boa? Mais que boa!

É... tenho uma excelente memória, que ajuda muito. A escolha pela História, tal qual a da docência, que vinha como... Há uma outra coisa: morando num bairro como era o Pari, o Pari era um bairro de classe média, subdistrito do Brás, na verdade, hoje, o Pari é subdistrito do Centro, mas o Pari era uma parte meio classe média do Brás, um pouco mais refinada, era um bairro de portugueses, era o bairro das fábricas de doce. A sociabilidade que se tinha naquela época era muito pouca, não havia núcleos de sociabilidade. A escola em que eu estudei foi, até meados dos anos 1960, exclusivamente feminina, um instituto feminino de educação; havia uma coisinha aqui, uma festinha ali, não havia grandes coisas [para estimular a sociabilidade]. Por conta disso, comecei a frequentar a Igreja, por indicação até de uma colega minha do ginásio, Sueli, comecei a frequentar e entrei para um grupo de catequese; eu nunca estive ligada às *Filhas de Maria*, e essas coisas. Mas, era um grupo de catequese, e nós dávamos aulas para as crianças da favela, aos domingos, tinha um cineminha do bairro, da Igreja, e esse era um núcleo de sociabilidade. Depois, entrei até para uma coisa que era mais sistemática, que era uma ação mais direta de evangelização, de origem irlandesa, bem religiosa, que é a *Legião de Maria*. É interessante notar que muitas dessas pessoas que foram para a esquerda, principalmente, para a AP [a Ação Popular,] elas vieram da tradição religiosa, de ações religiosas. Essa era a forma de ação. E, eu estava numa paróquia franciscana, cujo pároco, um frade chamado Frei Quirino Schmitz, que era um asceta, a figura dele, e o ritual ainda era em latim, eu ia à missa todo dia. Ele era um asceta, e começou com essa ação na favela do Canindé, onde está hoje a [Associação] Portuguesa de Desportos. Eu conheci a Carolina Maria de Jesus, que escreveu o *Quarto de Despejo*. A favela não era como é hoje, uma opção de morada para o trabalhador, a favela era o depósito desses que hoje vivem na rua, não era nem lúmpen, era esse pessoal que vende papel, que colhe latinha na rua, era o povo realmente excluído. Eram da paróquia os donos da *Carrocerias Pillon*, uma grande fábrica de carrocerias. Então, a paróquia comprou uma caminhonete, e a *Pillon* transformou a caminhonete num carro-capela. Esse povo, moradores de favela, não tinha roupa, eram esfarrapados, de andar, assim, de mulambo, muito marginalizados. Eles não iam à Igreja; então, a Igreja passou a ir até eles. Essa era a tônica dos franciscanos, a tônica pré-Teologia da Libertação, porque a Teologia da Libertação, no Brasil, entrou com os franciscanos.

Pablo: Você tinha quantos anos, quando começou essas atividades?

Comecei aos 13 [anos]. Aos 15 [anos] eu comecei a namorar o João, que era congregado na Congregação Mariana. A Congregação era o lugar onde tinha o futebol, as reuniões, onde se dava a sociabilidade. Até os 18 [anos], até eu começar a dar aulas, eu continuei com essas atividades junto da Igreja.

Pablo: No seu tempo de graduação, já não vigorava o sistema de cátedras, né?

Não [vigorava]. O sistema de cátedras terminou em 1969, com a reforma universitária. Mas, ainda tinha essa marca. Ainda havia os catedráticos. Só desaparece totalmente quando os catedráticos saem. A Thereza Petrone era já titular. Mas,

o [Eduardo D'Oliveira] França era catedrático, o Eurípedes [Simões de Paula] era catedrático e o Pedro Moacyr [Campos] era catedrático. Em Ibérica, era titular a Sônia [Aparecida] Siqueira. Ainda vigorava um pouco essa coisa da indicação do professor para ser contratado. O que era bom desse sistema é que havia uma linha interpretativa. Essa era uma marca muito forte em Brasil e em Moderna e Contemporânea. Há um artigo que eu escrevi com a Raquel [Glezer] e com a [Maria Helena Rolim] Capelato em que tratamos disso, dessas linhagens.⁵ Em História do Brasil, a tônica – porque isso vinha, primeiro, da tradição do Instituto Histórico e Geográfico, do Museu Paulista, [Alfredo] Ellis [Júnior], [Afonso d'Escragnon] Taunay, e, mais tarde, com o próprio Sérgio Buarque [de Holanda] – era a da ênfase de estudar o Brasil a partir da sua dinâmica interna. No caso de História Moderna e Contemporânea, a ênfase era na questão mais geral, mais sistêmica, essa herança que passa um pouco pelo convívio com o [Fernand] Braudel, pela influência do [Vitorino Magalhães] Godinho, mas que, depois, por causa dos Annales e das incorporações marxistas, vai para essa ideia que o Fernando [Novais] molda de Antigo Sistema Colonial. O conceito de Antigo Sistema Colonial guarda alguma coisa da ideia do Godinho e do Braudel, de uma totalidade, mais do Godinho. Porque o Godinho e o Braudel foram contemporâneos, e ambos foram alunos do [Lucien] Febvre. O Braudel estudou o Mediterrâneo e o Godinho estudou o Atlântico. Então, essa ideia de uma dinâmica atlântica é do Godinho. O Godinho nunca foi um apaixonado por visões marxistas e é claro que o Antigo Sistema Colonial tem uma gênese e uma influência marxista mais forte. Veja, você [Pablo], que trabalhou com o [Joaquim] Romero [Magalhães], sabe que ele gosta de trabalhar com a totalidade, mas não com [a noção] de Antigo Sistema Colonial. É muito mais a ideia desse universo atlântico. Ainda que ele [Romero] não vá tão longe com as ideias mais federativas, que vêm dessa influência espanhola do mundo ibérico. Porque, no caso espanhol, isso é uma coisa que serve para Espanha e para o seu mundo europeu. Para o caso da América, é muito difícil você pensar que os vice-reinados fossem uma federação. A questão da monarquia compósita. Mas, é uma vertente.

Influências intelectuais

Na minha formação eu tive muitas influências. É difícil haver um curso que eu não tenha aproveitado. Eu sempre chamo a atenção de que, quando eu fiz Metodologia, a parte teórica, primeiro semestre, era ministrada pelo Ulysses [Telles] Guariba [Netto]. O Ulysses estava fazendo a tese dele sobre o Marc Bloch. Aí, ele pegou uma frase do Marc Bloch que diz: “mais importante do que entender como a História se faz é entender como ela pretende, gradativamente, se fazer”. Ou seja, ele [Ulysses], que era da filosofia, estava muito influenciado pelo estruturalismo e pela questão de como toda historiografia tem algo subjacente, que é preciso perceber. O Ulysses nos dava os estruturalistas, todos, linguistas, etc. Agora, você imagina aquele bando de criança... Eu tinha 29 anos, conhecia francês, inglês, tinha muita leitura.

Pablo: Ele dava esse tipo de leitura no primeiro ano?

No primeiro semestre! Nós lemos Foucault, *A Arqueologia do Saber*, o debate com o círculo de epistemologia, livros importantíssimos. Lembro que ele deu um do Foucault que é uma preciosidade: *Nietzsche, Freud e Marx*. O livro trata da questão

⁵ Maria Helena Rolim Capelato; Raquel Glezer; Vera Lucia Amaral Ferlini. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, Dec. 1994, p. 349-358.

de como a descoberta de novos significados surge no final do século XIX, no Marx, no Nietzsche e no Freud. É fabuloso esse texto, que foi uma aula do Foucault no *Collège de France*. Era o Foucault pré-*Stanford [University]*, quando ele ainda era o grande epistemólogo, depois, ele se dedica à questão da repressão, do sexo. Então, esse foi um curso importante [o do Ulysses Guariba]. O curso da Ana Maria [Camargo] foi fabuloso, porque ela dava a parte de seminários, e falou que nós íamos aprender a fazer um projeto de pesquisa. Ela foi passo a passo: o que nós íamos discutir, qual seria o tema, como se chega a um tema. Aí, resolveram estudar o nacionalismo. Assim sendo, tínhamos que procurar obras, estudos, que enfocassem o nacionalismo. Hoje é fácil: basta digitar, no Google, nacionalismo, PDF, e aparecem diversos estudos sobre o tema. Na época, tínhamos que ir à biblioteca e ver revista por revista. Meu grupo era formado pela Sílvia [Hunold] Lara, pela Terezinha Janine Ribeiro, a Zita de Paula Rosa, que também era comissionada. Eu achei um texto numa *Revue de Science Politique*, de 1965, um artigo chamado “Autour de l’idéologie nationaliste: perspectives de recherches”, de um tal de Raoul Girardet.⁴ A partir desse artigo, começamos o projeto. Qual é o melhor período para se pensar o nacionalismo no Brasil? A Constituinte. De aí eu fui conhecer o que tinha de documentação sobre o José Bonifácio no Museu Paulista; que, depois, a Miriam [Dolhnikoff] usou. Então, foi um curso fabuloso.

Paulo: Como era a estrutura dos cursos?

Bom, eram 130 alunos, a maioria mulheres. Tinha o teórico, dado por um professor, e a parte de seminário era dada por três professores. No caso, havia uma turma que fazia com a Ana [Maria Camargo], uma com a Kátia Abud e uma com a Sílvia Bassetto. Isso em Metodologia. Em História do Brasil, o mesmo professor dava aulas teóricas e seminários. Dependia da disciplina. Em Moderna, num semestre dava o Fernando [Novais], noutro dava o [José] Jobson [de Andrade Arruda], e eram quatro turmas de seminário. Se o Jobson dava o curso, o seminário ficava a cargo do Fernando, do [Eduardo d’Oliveira] França, do Arnaldo Contier e de mais um professor que era voluntário. Se o Fernando dava aula, os seminários ficavam com o Jobson, o Arnaldo e mais dois voluntários. Era muito interessante, porque cada professor dava quatro textos, então, todo o mundo tinha todos os textos com os mesmos professores, porque eles rodavam. Se, por exemplo, o Jobson dava um texto “X”, ele dava para as turmas 1, 2, 3 e 4.

Paulo: Quer dizer, eles conversavam e articulavam o curso.

Conversavam entre si e o curso era muito bem articulado. Os cursos eram muito bons. Os professores que eu tive foram muito importantes.

Mestrado e Doutorado: temas e problemas

Pablo: Qual era o debate da época? Já era o Fernando Novais...

É, o Novais pautava.

Paulo: E, isso acabou levando você para o seu tema de estudo?

Ah, sim, porque eu fui para Moderna, fui ser orientanda do Jobson. A minha ideia, na verdade, era estudar já o Engenho Sergipe do Conde, inteiro. Em 1980, eu estava

⁴ Raoul Girardet. Autour de l’idéologie nationaliste: perspectives de recherches. *Revue française de science politique*, v. 15, n. 3, 1965, p. 423-445.

fazendo o mestrado com isso, com a ideia de passar para o doutorado direto.

Pablo: Como você descobriu o Engenho Sergipe do Conde?

Foi o Jobson. Vamos ao princípio. Quando eu estava fazendo o curso de graduação, o primeiro seminário que eu fiz com a Myriam Ellis foi sobre uma carta do donatário Duarte Coelho, nas *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei*,⁵ que envolvia o açúcar, a capitania de Pernambuco. Então, eu sempre me interessei por essa parte da economia açucareira. O primeiro semestre foi com a Myrim Ellis; o segundo, com o Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa. O Reynaldo tinha sido orientando do professor Eurípedes [Simões de Paula], era do Partido Comunista, era pernambucano, e tinha muito a influência do marxismo. Em plena ditadura, a formulação do [Fernando] Novais, sobre a acumulação primitiva [de capital], tinha uma entrada muito grande, ela marcou um momento, uma análise sistêmica das coisas. Tinha um enfoque de prática política, que estava subjacente, porque o Partido Comunista não se filiou à proposta de uma ação armada, mas, partia da ideia de uma ação mais contida. O que se discutia muito – você perguntou qual era o debate – eram os modos de produção.

O Reynaldo dava o curso de Brasil-Colônia II, e eu comecei a me interessar por estudar a Guerra dos Mascates, que eu achava que era um tema importantíssimo. Comecei, então, a fazer pesquisa sobre isso: leituras, etc, tentar pegar um enfoque. Fiz uma Iniciação Científica que é um artigo que saiu, primeiro, nos *Anais do Museu Paulista*⁶ e, depois, saiu no livro intitulado *O Império por escrito*,⁷ que é sobre gazetas manuscritas. Foi o Reynaldo quem conseguiu essa gazeta e trouxe para eu trabalhar com ela. Já é Pernambuco, mas no final do século XVIII e começo do XIX. Por causa desse contato, eu faria a minha pós-graduação com o Reynaldo. Só que mudou o regimento da pós-graduação: antes, cada professor podia ter acho que trinta orientandos; e baixaram para doze, uma coisa assim. Por causa disso, eu não podia fazer com o Reynaldo.

Fui falar, então, com o Adalberto Marson, mas, seria para trabalhar com questões ligadas ao nacionalismo, ao período contemporâneo. Aliás, no trabalho dele sobre o nacionalismo ele usou exatamente o artigo do Girardet que eu tinha achado, que a Ana Maria [Camargo] passou para ele; isso está até no prefácio do livro sobre o Alberto Torres.⁸ Fui falar com ele, mas ele ainda não estava inscrito [no programa de pós-graduação]. Então, fui falar com o Jobson, e ele se entusiasmou. Quando eu falei que queria estudar a Guerra dos Mascates, ele respondeu o seguinte: olha, pra você estudar a Guerra dos Mascates, tem que entender a dinâmica daquela sociedade, você tem que estudar uma coisa que ninguém estudou. Daí, ele me deu uma cópia do artigo do Stuart [Schwartz], que está no livro do Dauril Alden, que, depois, vocês [orientandos] me deram [de presente].

Pablo: O Colonial Roots.

O Colonial Roots.⁹ E falou: você teria que estudar a fundo os lavradores de cana e

⁵ José Antonio Gonsalves de Mello & Cleonir Xavier de Albuquerque. *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei*. Reprodução facsimilar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

⁶ Vera Lucia Amaral Ferlini. Uma Gazeta Manuscrita no Brasil Colonial. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 33, p. 163-167, 1984.

⁷ Leila Mezan Algranti & Ana Paula Torres Megiani. *O Império por Escrito: formas de transição da cultura letrada no mundo ibérico*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁸ Adalberto Marson. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1979.

⁹ Dauril Alden (ed.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley/Los Angeles/London: University of Cali-

a estrutura fundiária – foi ele que me levou a isso [, a estudar esses temas]. Me deu o livro de contas do Engenho Sergipe do Conde e disse: pega isso daqui e diseca. Eu comecei a mexer com aquilo, a fazer os cursos. No começo de 1980, quando eu saí do *Objetivo*, o Jobson disse: Vera, por que você não faz um projeto de doutorado para a FAPESP, você tem estrutura para o doutorado, vamos tentar o doutorado direto, na USP pode. Eu fiz o projeto, mas a FAPESP, no parecer, exigiu que eu fizesse, primeiro, o mestrado. Veio o parecer informando que eu tinha até setembro para entregar o mestrado. Era maio. Eu fui atrás disso, fiz a qualificação do mestrado, da qual participaram, como banca, a Ana Maria [Camargo] e o Fernando [Novais].

O Wanderley Pinho publicou uma série chamada *Documentos para a História do Açúcar*. O primeiro volume é de legislação, o terceiro, o inventário do Mem de Sá, e o segundo é o livro de contas do Engenho Sergipe do Conde (1622-1653). Quem me salvou foi o Jobson, porque eu nunca teria pensado nisso. Para você ver o que é a erudição. O Jobson disse: Vera, isso bate com a crise geral do século XVII, há o texto do [Eric] Hobsbawm em que ele afirma que só a Inglaterra fez o verdadeiro sistema colonial; podemos, então, testar por aqui. Eu amarrei tudo dentro da hipótese que se contrapunha à interpretação do Hobsbawm, quer dizer, a minha hipótese era que aqui no Brasil já se estruturava [, no século XVII,] um sistema colonial. Depois, o Rodrigo [Ricupero] mostra como isso se consolida por volta de 1630. Eu tive de junho até setembro para entregar essa primeira versão do que seria o mestrado; entreguei dia 26 de setembro e assinei o contrato da FAPESP do doutorado. Defendi o mestrado no dia 19 de dezembro, que, agora, será publicado pela editora Alameda.

Pablo: Durante o seu doutorado, você publicou *A Civilização do Açúcar*, em 1984.

Foi assim: Todo mundo, na época, frequentava certas livrarias no Centro: por exemplo, a *Ciências Humanas*, que era na Rua 7 de Abril. Havia um funcionário dessa livraria, que era o Pereira, e tinha um pessoal ligado ao Pereira que frequentava a livraria. O Pereira saiu e junto com esse pessoal abriu uma outra livraria no [Edifício] Copan; como ele era do Rio Grande do Norte, de Seridó, o nome ficou *Livraria Seridó*. Todo mundo passou a frequentar a *Seridó*. O Caio Graco, que estava assumindo a [Editora] *Brasiliense* passava por lá, fazia lançamentos. O Caio Graco contratou um jovem como editor, que era o Luiz Schwarcz. O Luiz, então, resolveu fazer essas séries de livros, inclusive a *Tudo é História*, e ele pedia para o Pereira indicações de quem poderia escrever sobre os temas de cada livro. O Pereira me indicou, fui conversar com o Luiz, e a *Brasiliense* me contratou para fazer o livro. Eu escrevi *A Civilização do Açúcar* enquanto fazia o doutorado, mas ele tem um diálogo muito grande ainda com o meu mestrado. Depois de 1994, a *Brasiliense* fez inúmeras reimpressões do livro, e nunca me pagou por elas. Agora, está publicado pela editora Alameda.¹⁰

Os prazos do doutorado eram um pouco mais elásticos: você tinha cinco anos para fazer a tese. Eu me inscrevi para o doutorado em 1981, e tinha até o fim do ano de 1986 para defender. Em 1984, eu já dava aulas na USP.

Pablo: Qual é a importância de se estudar História Ibérica?

Paulo: A USP é uma das poucas universidades que tem a disciplina História

fornia Press, 1973.

¹⁰ Vera Lucia Amaral Ferlini. *A Civilização do Açúcar*. São Paulo: Alameda, 2017.

Ibérica.

Pois é. Qual é a importância de História Ibérica: esse foi o tema da minha aula do concurso para professora titular. Há uma noção de processo histórico europeu muito pautada pela ideia de teleologia do capitalismo, a ideia segundo a qual a Época Moderna foi o período de transição do feudalismo para o capitalismo, e o capitalismo era o destino da humanidade escrito nas estrelas. Eu entendo que isso tem relação com um certo momento de uma visão de ação política, com a influência de um tipo de opção de prática política do marxismo, e, mais diretamente, a prática soviética e do Partido Comunista. Mas, a História tem muitos caminhos. Aquelas leituras do tempo do Ulysses Guariba, de que o mais importante não é como a História se faz, mas como ela pretende se fazer, são importantes para perceber que existem outros projetos na História. Se você olhar a História só pela ótica daquele caminho que se instaura, você não entende os outros processos. Há um certo trauma da comparação com outros caminhos da colonização, como colonizado. Junto a esse trauma vem aquele do atraso ibérico, a famosa ideia do atraso ibérico. Ora, isso é uma coisa que, em todos esses anos de docência, se juntar desde o momento que eu começo como monitora de História Ibérica, em 1975, até hoje, uma das coisas que me chama muito a atenção é: quais são os caminhos? Existe um destino manifesto da humanidade? Isso é um construto do próprio capitalismo, porque há outras civilizações, outras Histórias, outros percursos. Ao analisar o caso de Portugal e de Espanha, percebe-se a existência de outros projetos, de outras dinâmicas. Para nós, por causa da História do Brasil e da História da América, perceber que essa colonização, essa ocupação, essa conquista, essa dominação, essa exploração estavam numa lógica que não era necessariamente a lógica do capitalismo, dos ingleses, dos holandeses, das grandes companhias de comércio. Eu costumo dizer para os alunos que Portugal e Espanha não se atrasaram; só se atrasa quem quer chegar a algum lugar. Qual era o lugar a que eles queriam chegar, qual era o projeto dessas monarquias, da monarquia de Castela e da monarquia de Avis? A de Bragança, talvez tenhamos que repensar o projeto. Você [Pablo] que estudou já o período Bragança, quando você pega o D. Pedro II, por exemplo, D. Afonso é muito pouco estudado, talvez já houvesse uma outra coisa, porque havia um projeto já... Por exemplo, essa tentativa do Padre Antônio Vieira, de ir por um outro caminho. Por isso a leitura do [Immanuel] Wallerstein é importante no curso de graduação. O capítulo sobre Sevilha e Amsterdã, quando ele afirma que são impérios pesados, ele está se baseando no Braudel, quando ele faz a crítica ao papelismo e à centralidade do Filipe II, de como era difícil a comunicação nesses impérios. A História Ibérica oferece esse quadro: de um outro tipo de projeto, e, mais do que isso, no século XIX, de como eles tiveram que se adaptar a um projeto que não era deles. É nesse sentido, por uma questão teórica até, de enfoque teórico, que é importante. Por isso que, em momento nenhum, eu achei que era besteira pensar império, que era besteira discutir o centro, se havia centro ou não. O debate que nós tínhamos, no grupo *Modos de Governar* da ANPUH, era um debate rico, que, infelizmente, foi rompido, não por nosso desejo. O Jobson avançou ao mostrar que há diferentes momentos. O Rodrigo [Ricupero] também. No projeto temático [Dimensões do Império Português], avançamos ao mostrar que havia diferentes momentos, que o sistema colonial não era algo fechado, que ele tinha nuances para outros lados. É preciso entender que o objetivo do Novais era estudar o século XVIII e a crise. Para isso, ele construiu uma base. Mas, ele não se dedicou a estudar os séculos XVI e XVII. Ele parte da segunda metade do século XVIII. Era um modelo mais rígido nesse sentido.

Pablo: O famoso capítulo 2 do Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial se deslocou, parece.

É. Ele ficou sendo o centro, mas, na verdade, não é o centro do livro. Mas, para o Novais a Época Moderna é um momento de transição do feudalismo para o capitalismo. Isso é correto do ponto de vista diacrônico, mas é fundamental pensar-se na sincronia. O Jobson, já na livre docência, aponta para a Época Moderna (em parte, também o [Francisco] Falcon) como uma época em si, de um Estado em si. Eu retomei essa ideia no livro *Terra, Trabalho e Poder*, no item três do capítulo um, intitulado “Estado, acumulação e colonização: a especificidade da Época Moderna”.

Pablo: O prefácio que você escreveu ao livro Modos de Governar, eu vejo como uma proposta de conciliação entre duas interpretações.¹¹

Sim, e a Fernanda Bicalho também entendeu como tal. É o que eu falei pra você: o conceito de Antigo Sistema Colonial é interessante, porque trabalha com a totalidade, mas, é preciso evitar em seu uso a ideia de capitalismo e de acumulação primitiva como se fossem pré-estabelecidos na colonização. Quando se toma o processo na diacronia, de fato, se nota isso; na sincronia, as ações da Coroa não são determinadas para a acumulação. Eu sou a favor de se discutir essa questão da formação do Estado. É por isso que eu chamo a atenção dos alunos em aula: não pensem que já era um Estado organizado, com ministério, não era; eram reis muitas vezes frágeis, que tinham que afirmar o seu poder.

Pablo: Mas, você também teve uma influência grande do Marx.

Tenho até hoje, porque eu entendo que a maneira de análise que o Marx propõe... Não sei se é só do Marx, ou se é uma coisa que o século XIX instaura: essa busca de uma forma de entendimento mais amplo, da qual o Foucault tratou no livro *Nietzsche, Freud e Marx*. É insuperável quando o Marx afirma que a forma da exposição não é a forma da investigação, no prefácio de 1873 [de *O Capital*]. Como que se vai do mais geral até chegar ao particular; e, depois, faz-se o caminho de volta. Ou seja, não se parte de modelos. Isso, no verdadeiro marxismo, é importante.

Paulo: Quem tem preocupação com essa visão mais ampla, mais estrutural, quase que estabelece uma ligação automática com o marxismo.

Sim, mas, não necessariamente com a prática. Embora a teoria dele estivesse ligada a uma prática, embora ele tenha razão quando afirma que aquele que está na base do processo de produção é o que tem a melhor visão da sociedade, que seria o proletariado. Como mostra o Hobsbawm, o trabalhador pobre é o revolucionário, porque ele é o sujeito que perde os seus meios de produção e se proletariza.

Paulo: É aquele que sabe exatamente o que perdeu.

E, isso está no *Salário, Preço e Lucro*, [do Marx].

A Livre-Docência

Paulo: Professora, fale sobre sua livre-docência.

A livre-docência foi um processo longo, muito prejudicado, em dados momentos,

¹¹ Fernanda Bicalho & Vera Lucia Amaral Ferlini (org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

pela sombra da aposentadoria e pelas mudanças ocorridas entre 1993-1994. Eu tinha 30 anos de serviço contatos – não eram corridos, porque eu tinha mais –, já havia fechado o tempo de serviço e cabia então a decisão de continuar ou de me aposentar. Em 1994 e 1995 decidiu-se que seriam mantidos os direitos daqueles que já tinham completado o tempo para a aposentadoria, o que era meu caso. Foi mais ou menos a partir de 1998 que voltei a pensar e a preparar a livre-docência dentro do programa que desenvolvi em História Ibérica. O trabalho de livre-docência pode ser de dois tipos. Quando é muito próximo do doutorado, e você ainda não tem uma produção consolidada, não tem uma trajetória, normalmente as pessoas desenvolvem uma nova pesquisa. No meu caso, haviam decorrido 14 anos do doutorado e eu tinha um percurso de pesquisa construído de forma coerente, então, repensei esse percurso e aglutinei no trabalho que leva o nome *Açúcar e Colonização*,¹² cuja ideia central é pensar o Brasil até o período da Independência, principalmente, na perspectiva, digamos, dos seus colonos e colonizadores, do que foi essa trajetória e de como foram as vivências coloniais e principalmente naquilo que seria um dos pilares do Estado Nacional no século XIX. Quer dizer, por trás existia justamente essa problemática, que mais tarde seria desenvolvida no projeto temático ligado à Cátedra Jaime Cortesão: pensar não apenas o que é a colonização, mas o que ela tem de específico, quem são esses personagens e de que maneira a vida política, econômica e social se encaminharam.

Em 1999 e 2000 dediquei-me a esse trabalho. A introdução era um estudo que eu tinha começado a fazer quando estava em um pós-doutorado na França com o Frédéric Mauro, em 1987-1988. O objetivo era pensar essa dupla face do colonizador, que, por um lado, era sujeito da colonização, e, nesse sentido, era colonizador, mas ele também era objeto da própria colonização, era colono. A minha ideia era analisar a importância dessa tese para nós pensarmos a nossa Independência, que é um pouco esquisita porque ainda muito vinculada a Portugal e à manutenção de uma série de aspectos. Os outros ensaios foram atualizados. Na parte I, “Colonos e colonizadores”, um tema que eu gosto muito, procuro mostrar essa duplicidade. Dois estudos que eu tinha feito no início dos anos 1990, um sobre Gabriel Soares de Souza – cuja obra eu gostaria de voltar a estudar, de fazer uma edição comentada, caso tivesse tempo para mais pesquisas. Outro, que foi um trabalho apresentado em um congresso na Bélgica, em 1992, procura mostrar a atuação dos colonos ao mesmo tempo colonizadores no movimento de resistência aos holandeses. Na Parte II, “Vivências coloniais”, um trabalho sobre a cidade de Salvador; uma reflexão sobre a questão de como se pensava a natureza no âmbito da legislação e das demandas do colono; um estudo sobre festas no engenho; e outro que era um desdobramento do mestrado. Todos eles tinham relação com o açúcar. Então, percebi que havia uma trajetória: por baixo, a ideia da colonização, da figura dupla do colonizador que era agente do governo português, na medida em que era ele que promovia [a colonização], mas, ao mesmo tempo, estava submetido ao viver em colônias, como diria o cronista no começo do século XIX. Finalmente, na terceira parte, uma pesquisa que na época eu estava desenvolvendo por pertencer, junto com a professora Raquel Glezer, a um grupo ligado à AHILA (Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus), que estudava questões fundiárias. Enquanto eles discutiam questões fundiárias coloniais da América espanhola, nós pensávamos as questões fundiárias do Brasil, que são totalmente diferentes. A Espanha teve um processo de desamortização das terras no centro e nas colônias também. Aqui, nós

¹² Vera Lucia Amaral Ferlini. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

não tivemos desamortização de terras, mas quase que um reforço do latifúndio no século XIX, que, a meu ver, não é uma continuidade da colônia, pois acredito que a propriedade da terra no período colonial era mais fragmentada. Essa ideia do latifúndio açucareiro do período colonial deve ser matizada. No geral, o engenho dominava todas as propriedades, mas juridicamente essas terras ou eram terras arrendadas ou eram terras de outros, ou seja, não existia necessariamente essa ideia de uma unidade produtiva que excluía todo mundo, muito pelo contrário, ela era muito mais inclusiva, porque tinha lavrador, produtor de mandioca, etc. O que vai acontecer no século XIX é o contrário. Isso já é perceptível no [século] XVIII. Com auxílio de uma aluna de Iniciação Científica, a Katiane, que fez um levantamento das sesmarias, por meio do qual é possível perceber, já no XVIII, esse avanço sobre as terras. Como entender isso? Há várias hipóteses: uma delas é que a terra passou a ter um valor potencial na época da diversificação agrícola. A Lígia Osório [Silva] mostra bem isso: havia muita demanda por terra a partir da segunda metade, principalmente, no último quartel do XVIII; em 1822, se suspendeu a doação de sesmarias. De aí esse estudo que se chama “O mito do latifúndio”, que tem um pouco dessas hipóteses, mas não é um estudo acabado. Seria interessante se alguém estudasse isso: como, no século XVIII, surge a grande propriedade excludente; que, quando inclusiva, era na forma de jagunços, agregados, mas não mais da pequena propriedade. De fato, esse estudo da terra mereceria mais pesquisas. Quando se levantam dados de pequenas áreas, como a Elizabeth Fillipini fez, para a área de Jundiá, se descobre que, ao lado das grandes fazendas, que, no século XIX, eram fazendas produtoras de café, havia muitos sítios que, provavelmente, eram também produtores de café, sem que fossem fruto do parcelamento das terras; talvez, tivessem surgido em períodos anteriores. Então, essa questão do acesso à terra, dessas propriedades dos séculos XIX e XX, mereceria mais estudos. E, o “Açúcar e escravos no Brasil Colonial: as Capitanias do Sul” foi a primeira vez que eu comecei a me preocupar com São Paulo, com as capitanias do Sul, muito embora ainda superficialmente. Esse é um trabalho que tinha sido pedido em 1996, para um congresso na Ilha da Madeira, chamado “Escravos com e sem açúcar”, um congresso muito interessante, que foi o primeiro de uma série de cinco ou seis congressos na Ilha da Madeira.

O título original da minha tese de livre-docência era *Açúcar e Colonização. Da América portuguesa ao Brasil. Ensaios de interpretação*. Porque a ideia era, justamente, mostrar essa trajetória e o que havia no momento em que a América Portuguesa virou Brasil.

A Cátedra Jaime Cortesão

A *Cátedra Jaime Cortesão* foi uma das coisas que me ajudaram a não cair na ideia da aposentadoria, a ter alguma coisa que me ligasse ainda mais à História Ibérica e que me desse certo alento naquele momento em que eu mesma questionava a continuidade da minha carreira acadêmica. Em 1991, foi criada a Cátedra, numa ação conjunta entre a Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses e os professores Carlos Guilherme Mota, [José] Jobson [de Andrade] Arruda e Fernando Novais. O Carlos [Guilherme Mota] foi o primeiro diretor da Cátedra, que, naquele momento, estava sediada no *Instituto de Estudos Avançados* [da USP]; eu fui indicada como [diretora] adjunta. Foi bom para mim. Foi muito importante aprender a estabelecer novos contatos, a ser mais diplomática, a trabalhar em uma outra instância.

Pablo: Isso em 1992?

Sim, o acordo é de 1991, mas a Cátedra começou a funcionar em abril 1992. Eu fiquei de 1992 a 1995 como adjunta. No período em que o [José] Jobson [de Andrade Arruda] era diretor, eu era membro do Conselho [da Cátedra]. Em 1997, houve um impasse em relação aos destinos da Cátedra, o que resultou na retirada do subsídio por parte do Instituto Camões, e a Cátedra fechou. Em 1998, começou uma negociação para a Cátedra ser incorporada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Um processo longo, que, finalmente, se efetivou, e a Cátedra passou a consorciar o Departamento de História, como uma cátedra de História, mas com participação, também, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. De 1998 a 2001, nós ficamos em um limbo, até que o professor Francis [Henrik Aubert, então diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,] empenhou esforços para reativar a Cátedra como um centro ligado à Direção da Faculdade, no final de 2001. Em 2002, como presidente da comissão gestora, fui a Portugal tentar refazer todos os contatos com o Instituto Camões. No mesmo ano, ocorreu a reinauguração da Cátedra, cuja cerimônia contou, dentre outros, com a presença do Jorge Couto, então presidente do Instituto Camões.

O projeto temático “Dimensões do Império Português: investigação sobre as estruturas e dinâmicas do Antigo Sistema Colonial”¹⁵, financiado pela FAPESP, foi muito importante para a Cátedra. Eu fiz parte do grupo de economia – vocês também fizeram [parte dele]. Isso demandou um processo de gestão da minha parte, pois, administrativamente, era necessário levar as coisas adiante, além dos aspectos ligados à pesquisa. O Projeto Temático contribuiu, também, no processo de engajamento na construção de espaços de pesquisa na universidade, que transformou a Cátedra em uma das principais interlocutoras com as instituições portuguesas de pesquisa. Inclusive, através do convênio com o Instituto Camões, a Cátedra proporcionou estágio de pesquisa em Portugal para mais de uma centena de pesquisadores.

O Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos

O convite para dirigir o Engenho surgiu em 2010. Na época, fui convidada pela professora Maria Arminda [do Nascimento Arruda], então Pró-Reitora de Cultura e Extensão [da Universidade de São Paulo]. Quando fui conversar pessoalmente com ela, informei que tinha muitos afazeres, pois estava na presidência da Comissão de Pós-Graduação da Universidade e na Coordenação da Pós-Graduação em História Econômica; ela argumentou que “quem faz muito consegue fazer mais”. Eu aceitei e

¹⁵ Modalidade Auxílio à Pesquisa (01/03/2005 – 31/05/2010). Coordenado pela Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, (tendo como pesquisadores seniores José Jobson de Andrade Arruda, Vera Lucia Amaral Ferlini e Leila Mezan Algranti) o projeto temático Dimensões do Império Português desenvolveu um conjunto variado de atividades de pesquisa no âmbito da problemática do Império Português, com destaque para a região Atlântica, desde seus primórdios, com a circunavegação da África no século XV, até o primeiro quartel do século XIX, com o estabelecimento do Império Luso-brasileiro no Rio de Janeiro. Contudo, a ênfase dominante incidiu sobre o período que se convencionou chamar de Época Moderna (séculos XVI-XVIII). Os integrantes do projeto são docentes do Departamento de História da USP, do Instituto de Economia e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e pesquisadores do Cebrap. Os locais de realização do projeto serão dois: a Cátedra Jaime Cortesão, alocada na FFLCH-USP e dotada de recursos próprios graças ao convênio firmado com o Instituto Camões de Lisboa; e, ainda, o Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp.

assumi o cargo por dois motivos: primeiro, porque eu gosto da docência e, principalmente, algo que é antigo em mim, gosto de trabalhar com o público em geral, com a divulgação e com a extensão; segundo, porque o Engenho era um desafio e tem relação com a minha pesquisa. Na minha primeira visita ao Engenho, em abril de 2010, encontrei uma estrutura com uma funcionária administrativa muito boa, dois educadores muito bons, um prédio, com algum mobiliário e muitas ideias. A penúltima diretora, a Maria Cecília França Lourenço da FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,] tinha criado uma filosofia de trabalho, chamada “Plataforma Sophia”, uma plataforma de conhecimento interativo com a comunidade, uma série de outras possibilidades como o “Museu do Morador”, o programa “Portas Abertas”, o programa “Vou Volta”, um programa que podia ser por internet também – quer dizer, já existia isso, o problema era colocar isso em ação. O “Portas Abertas” era um programa que eles faziam só nas férias, porque a infraestrutura não permitia ampliar o atendimento. Não existia exatamente um prédio, já tinha a parte do anfiteatro, mas eles trabalhavam em contêineres. Outro problema era a falta de funcionários. Viabilizamos um convênio com a Universidade Católica de Santos, que possibilitou a contratação de estagiários.

Em 2011, foi possível transformar o “Portas Abertas” em programa de fim de semana durante o ano todo. Na biblioteca do Engenho, os educadores tinham reunido grande quantidade de material bibliográfico sobre o Engenho, e, eles me mostraram um TCC [Trabalho de Conclusão de Curso,] de um aluno da FAU, que era sobre passarelas em torno do sítio arqueológico como alternativa que permitiria manter, ou retomar, as atividades de arqueologia e de visitação no Engenho, preservando o local. No mesmo ano, a pedido da pró-reitora, nós desenvolvemos um projeto a ser apresentado ao BNDES, apoiado no fato de o Engenho ser um monumento nacional. Era apenas o projeto das passarelas, mas, quando o pessoal do BNDES foi visitar o Engenho, a Fernanda Balbi ficou apaixonada pela potencialidade do local e sugeriu que nós agregássemos algo para dar maior visibilidade. Assim, surgiu a possibilidade de apresentarmos, também, o projeto “Luz e Som”, em setembro de 2012. Finalmente, em vista da necessidade de desenvolver uma contrapartida econômica para a cidade de Santos, uma exigência do próprio BNDES, nós criamos a terceira parte do projeto, que são roteiros a monumentos e bens da Baixada Santista.

Em síntese, nós conseguimos com auxílio de todo mundo passar de três mil visitantes ao ano para quase 10 mil, oferecendo cursos, atividades culturais, inclusive com parcerias como a do Museu Pelé, o que acabou por transformar o Engenho em referência reconhecida pela nova pró-reitora [Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado], que conversou conosco e afirmou ser o Engenho o órgão mais importante da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

Projetos e Pesquisas Atuais

Pablo: Quais são seus projetos de pesquisa atuais?

Eu sou pesquisadora do CNPq desde 1990, quer dizer, há 28 anos. Os primeiros projetos foram feitos em conjunto, eram projetos integrados. O [José] Jobson [de Andrade Arruda], eu, a Eni [de Mesquita Sâmara] e a Maria Izilda [Santos de Matos]. Elas trabalhavam em uma linha de pesquisa e eu e o Jobson em outra; e, continuamos juntos até o momento que tiveram que ser feitos projetos separados.

A pesquisa do CNPq tem a bolsa de produtividade “Uma capitania dos novos tempos”, a anterior foi “A administração exploração mercantil na colonização portuguesa na América a capitania de São Paulo” que é o momento que vocês queriam falar que eu passo a estudar São Paulo. Como eu disse, tem um ensaio sobre São Paulo na minha livre-docência, sobre “Açúcar e escravos na capitania do Sul”, que marcou o momento em que eu passei a pensar sobre o açúcar nas Capitanias do Sul. São Paulo surgiu também como objeto de estudo por uma exigência na própria Cátedra, quando o [Instituto] Camões e o Ministério da Cultura resolveram trazer a exposição do Museu Pombalino de Física para São Paulo.¹⁴ Se queria, também, por conta das comemorações dos 450 anos de São Paulo, tratar do governo do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo. A partir disso, realizamos a exposição “A Cartografia de uma História”, inaugurada em 2005, no Museu Paulista. Por conta de tudo isso, eu direcionei meus estudos para São Paulo, além do mais, você [Pablo] já estava começando a ver as coisas de São Paulo na sua Iniciação Científica. Foi quando eu abri aquelas várias Iniciações Científicas em que cada aluno estudava um momento da colonização da capitania de São Paulo: a Lorena, com o [Martim Lopes Lobo de] Saldanha, a Natália e o Bruno também, com outros governadores. Então, eu resolvi que meu projeto para o CNPq seguiria esse caminho dos estudos sobre São Paulo, que eu estava realizando. Ademais, havia a necessidade de estudar São Paulo mais sistematicamente por conta da exposição do Museu Pombalino de Física, que ficou em cartaz no Museu Paulista por quase dois anos. Depois, veio o [Seminário] “Luzes nos Trópicos”,¹⁵ cuja temática se conjugava com o Projeto Temático “Dimensões do Império Português”.

Em 2010, já por conta das coisas da imigração, eu comecei a trabalhar com “Transição, herança e inovação no século XIX brasileiro, 1789-1889: o processo de formação Nacional”, que era um tema que sempre me interessou, sobretudo, o momento mais importante entre as manifestações emancipacionistas e a Proclamação da República, as mudanças econômicas e sociais resultantes da inserção no capitalismo industrial com especial ênfase na reconfiguração fundiária e na adoção do trabalho livre.

Em 2013, resolvi fazer outro projeto chamado “Civilizações do Açúcar”, ligado ao Engenho e aos Seminários Internacionais de História do Açúcar, organizados com a Eni [de Mesquita Samara] em Itu. Quando a Eni saiu da direção do Museu Paulista, em 2010, consorciei o Engenho, que já estava sob minha direção, e a rede de História do Açúcar ganhou novo fôlego. O projeto sobre açúcar, a partir de então, voltou-se não apenas para a questão fundiária, ampliando seus objetivos: pensar de forma mais alargada as sociedades açucareiras, não como mundos iguais, homogêneos, mas no que diz respeito às suas diferenças e especificidades. Quer dizer, a partir do que se chama de “padrão freyriano” [Gilberto Freyre] – que o [Eugene] Genovese depois adota –, todas as sociedades escravistas passaram a ser vistas dentro de certo padrão, principalmente, as sociedades açucareiras, mas elas foram diferentes no tempo e no espaço. O caso de São Paulo, das capitanias de São Vicente e de Santo Amaro, no período até o século XVII, diferenciava-se do que era o açúcar do Nordeste no seu sentido mais geral. Depois, a economia açucareira que os holandeses, os ingleses e os franceses formam era diferente. A cubana era totalmente diferente. Todas elas tinham o escravismo, mas até que ponto elas são, quer dizer, até onde vão as semelhanças e as diferenças. No caso

¹⁴ Exposição “Laboratório do Mundo”, realizada em 2004.

¹⁵ Realizado na Cátedra Jaime Cortesão, em 2004.

do Brasil, você percebe, por exemplo, que a implantação – momento em que usei suas pesquisas [Pablo] – da economia açucareira foi feita em um padrão inclusive científico, por causa da questão dos livros que eles queriam que se trouxesse para a Capitania de São Paulo. Isso não aconteceu só em São Paulo, mas aqui a insistência foi maior. Essa elite, de São Paulo, não era uma elite tradicional necessariamente da terra, mas uma nova elite, talvez, que se dedicasse à terra. Sabemos que eles eram ligados aos cabedais que vinham do comércio do ouro. Por isso, Porto Feliz e Itu, por isso essa região. Então, até que ponto eles eram exatamente – a Eni pensou muito a sociedade açucareira pelo viés do patriarcalismo, ela defendeu essa ideia – quer dizer, até que ponto não era invenção das tradições. Mesmo dos cafeicultores do Vale do Paraíba, que foi diferente da elite nordestina, aquela que o Rodrigo [Ricupero] nos mostra se formando no século XVI. Isso se percebe quando se toma, por exemplo, o estudo do José Evando [Vieira de Melo], mostrando que o Conde Moreira Lima era um comerciante que inventou uma tradição. Toda essa experiência, expressa no projeto, é fruto das pesquisas que eu fiz e dos trabalhos que orientei sobre o açúcar e das interlocuções com outros pesquisadores. Eu acho que essa açucarocracia paulista se assemelha muito à cubana que o [Manuel Moreno] Friginals chama de “quase burguesa”, porque o açúcar, se, aqui, em São Paulo, foi imposto pela coroa portuguesa, em Cuba foi a própria “elite crioula” que criou a economia açucareira, porque tinha acesso aos escravos, mão de obra que ela não conseguia autonomamente quando estava sob o domínio da Espanha. No período das guerras, em que ficaram, de certa forma, sob a tutela da Inglaterra, conseguem ter acesso ao mercado de escravos, e desenvolvem um padrão, que é apontado por Friginals, como um padrão já fabril de controle. Em suma, é essa a ideia que seria desenvolvida no meu projeto “Civilizações do Açúcar”.

Pablo e Paulo: Professora Vera, gostaríamos de agradecer sua gentileza em nos receber em sua casa para essa entrevista, que se transformou, como já esperávamos, em uma conversa muito agradável.